



## PEDAGOGIA DA COOPERAÇÃO: PROPOSIÇÕES DE DIMENSÕES FORMATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS EDUCACIONAIS SOLIDÁRIOS

Laudemir Luiz Zart\*  
laudemirzart13@yahoo.com.br

### RESUMO

Apresentamos argumentos para a construção de referenciais para o debate problematizador e instituinte de um pensamento educacional e societal que promova a pedagogia da cooperação. Neste sentido delimitamos um campo conceitual que tem como provocação a geração de ambiências reflexivas que possibilitam o aprofundamento da temática da solidariedade. Inferimos que a pedagogia da cooperação tem como objetivo analisar e gerar contextos teóricos e práticas sociais para desenvolver conhecimentos que problematizam as estruturas sociais e filosóficas que fundamentam as concepções e as atitudes dos referenciais hegemônicos que têm como princípios éticos orientadores a competitividade e a concorrência fundamentadas na filosofia liberal burguesa. Contrapomos a análise e a construção de abordagens epistemológicas, metodológicas e didáticas que sustentam as práticas educacionais e socioculturais de cooperação e de solidariedade.

**Palavras-chave:** Pedagogia da cooperação. Pensamento educacional. Solidariedade.

Este artigo foi escrito como processo de análise das questões epistemológicas e sociais do projeto de pesquisa intitulado “*Currículo e Docência do Ensino Superior Universitário: uma prática educativa em construção*” desenvolvido nos cursos de pedagogia e da matemática da Universidade do Estado de Mato Grosso nos *Campi* Universitários de Cáceres e de Sinop, com apoio da FAPEMAT – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso.

Sendo a pedagogia da cooperação a matriz orientadora das investigações, questionamos sobre a sua significação teórica e quais são as dimensões formativas que a envolvem? A que projeto de sociedade ela se vincula? Quais são os significados que o conceito de cooperação carrega? Para a viabilidade da pedagogia da cooperação, quais são as múltiplas relações socioeconômicas e culturais que com ela tem implicações gnosiológicas e sociais? Como o conceito de cooperação se constituiu na história e quais são as suas contradições e ambiguidades?

Consideramos desta forma que um projeto educacional que tem como objetivo a pedagogia da cooperação terá que considerar algumas dimensões formativas importantes que darão a base para a compreensão das redes conceituais significantes formadores da pedagogia da

---

\* Professor de Sociologia na Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus de Cáceres; mestre em Sociologia Política (UFSC) e doutor em Política Científica e Tecnológica (Unicamp). Bolsista da FAPEMAT.

cooperação. Neste texto explicitamos algumas para provocar o debate, visto que a temática é ampla e não é possível abordá-la na sua complexidade num texto. Por isso faremos uma trajetória reflexiva que tem como objetivo a problematização dos fundamentos da educação e que são formadores das mentalidades e dos conhecimentos que configuram os nossos tempos e ao mesmo tempo buscar intuir processos contra-hegemônicos.

Para introduzir a nossa exposição avaliamos que se faz mister evidenciar o surgimento e o desenvolvimento da filosofia e da ciência moderna, elucidando a historicidade da constituição do pensamento político liberal e da estruturação da sociedade burguesa. Necessitamos construir referenciais filosóficos e epistemológicos que elucidam as práxis educacionais, ou o conjunto de teorias e práticas constituintes da totalidade social e educacional, elucidando princípios éticos, teóricos e metodológicos para a estruturação da pedagogia da cooperação. Ainda, fundamentar a interrelação entre os conceitos, as metodologias e as interações da cooperação e as perspectivas sociais e culturais para o fazimento de relações e concepções da solidariedade enquanto princípios éticos, atitudinais e representacionais dos sujeitos sociais. Não estamos isentos de constituir referenciais teóricos e práticos para a elaboração de uma linguagem cooperativa, desenvolvendo-se uma leitura psicológica dos referenciais de cooperação a partir da construção histórico-cultural. Para tanto precisamos elaborar estudos que analisam as estruturas curriculares vividas e elucidam projetos político-pedagógicos propositivos para a consolidação de ações e reflexões que programam currículos orientados pelo princípio ético e epistemológico da cooperação. Por fim propomos que haveremos de promover metodologias que se assentam na educação ativa e na organização dos projetos de trabalho, aplicando atividades didáticas e metodológicas para a geração de conhecimentos de intercooperação entre grupos cooperativos.

Desenvolver a pedagogia da cooperação tem como significado gestar práticas e conceitos educacionais que rompam com o perfil epistemológico dominante do nosso meio cultural e científico, e neste movimento experienciar ações educacionais que evidenciam concepções paradigmáticas que se colocam além dos limites propostos pelas teorias e metodologias hegemônicas: o positivismo, o funcionalismo, o estruturalismo e seus desdobramentos.

Não significa esta iniciativa uma novidade, na mais absoluta definição de seu termo. Simboliza muito mais a capacidade mobilizadora das referências já existentes. Se por um lado esta é uma verdade, por outro não podemos reduzir nossa conduta a esta perspectiva. Então vale afirmar que todo o processo de educação que ocorre deve ser uma releitura e uma recriação de

textos, a aplicação de teorias em nossos contextos socioculturais, econômicos e políticos, além da leitura interpretativa dos dados empíricos. A relação entre os campos, empíricos e teóricos, são procedimentos necessários para o desenvolvimento da pesquisa, portanto da produção de um conhecimento novo, e do ensino, enquanto processo de socialização e de problematização dos saberes.

Esse é um dos pontos relevantes, a pesquisa voltada para as teorias e as práticas educacionais instituintes da solidariedade. Caminhamos para uma segunda justificativa, qual seja, a reestruturação, ou superação do pensamento filosófico moderno. Partimos do pressuposto que a modernidade caracteriza-se pela fragmentação, a separação e a redução do pensamento. Neste sentido, o pensamento moderno não permite perceber a complexidade que está presente na realidade. Desta forma a pesquisa assentadas em novos paradigmas nos traz a possibilidade de avançarmos na concreção da interligação e interdependência dos fenômenos, ou em termos de sistema, a relação entre o todo e as partes.

O mesmo fundamento que se aplica para o campo teórico se destina para a prática educacional. Neste sentido, podemos evidenciar que o campo educacional encontra-se compartimentalizado, com estruturas disciplinares fechadas criando ambiências de competição entre os diversos saberes e entre os sujeitos cognoscentes atuantes nas relações educacionais. Nesta perspectiva evidenciamos que a proposta do presente texto caminha para a reflexão inicial que procura estabelecer e desenvolver fundamentos para um pensamento, procedimentos e atividades que inauguram a concreticidade da educação e da sociedade solidária e sustentável.

Não embasamos esta proposta numa concepção filosófica ingênua que acredita na possibilidade mecânica da transformação da realidade socioeconômica e educacional excludente. A filosofia que perpassa a nossa proposição se embasa na práxis filosófica que percebe a sociedade e o sistema educacional como processos contraditórios e conflitantes, por isso, possíveis de serem transformados. O processo indica o caminho, o movimento, e o entrelaçamento das práticas e das reflexões que são aplicadas pelos sujeitos sociais e cognoscentes para promover a transformação social e escolar, portanto, a atividade a concreticidade da democracia substancial, da cidadania, a participação crítica e propositiva, a solidariedade e a cooperação.

Estes princípios, no entanto não serão alcançados se nos limitarmos ao fato da realização de uma prática educacional restrita que se limita a formar professores, e/ou profissionais para

algumas escolas e atividades econômicas. Para tornar reais os feitos utópicos previstos, faz-se necessário que a pedagogia da cooperação tome a configuração de um movimento que se coloque além das fronteiras rígidas das disciplinas, das barreiras institucionais e se lance para dentro de outros espaços sociais e ajudem a estabelecer relações sociais solidárias, desconstituindo os pressupostos competitivos e excludentes.

Como esta proposição não é uma atitude mecânica, deve ser concebida na perspectiva histórica, isto é, ter como fundamento a constituição de espaços epistemológicos e políticos, que evidenciam as contradições sociais que foram construídas a partir de uma determinada ciência e de uma determinada política. Portanto, como foram construídos, não são fenômenos naturais, mas culturais, feitos pelo homem na sua história. Vale dizer, tudo o que foi construído pode ser desconstruído.

Para a humanidade realizar a modernidade, os homens nas suas ações concretas inventaram a partir das contradições vividas, no seu cotidiano, uma filosofia que explicitou os pressupostos e os princípios de sua visão de mundo. Para os nossos dias, se queremos desconstruir os fundamentos hegemônicos, há a necessidade de organizarmos um sistema filosófico que explicita os fundamentos e os princípios da concreticidade, ou de uma utopia, a ser construída.

Elucidamos ainda que a utopia não é algo deslocado de uma realidade, de um chão histórico. Na metodologia dialética, o futuro, ou a utopia, já se encontra como contradição no presente vivido. Na perspectiva da dialética só podemos falar em utopia quando percebermos os fenômenos da contradição já no presente. Nesse sentido, o movimento pró uma sociedade de cooperação, uma sociedade sustentável e solidária, é uma práxis existente e sendo construído num movimento planetário. Este é o fazer e o refletir que abrangem as diversidades mundiais, as diferentes concepções e práticas dos diversos povos. Este fazer não é um movimento que possa ocorrer sem o local, há a necessidade de construirmos nos espaços locais referências do movimento planetário.

É dentro desta perspectiva que lançamos a presente proposição. Sugerimos que no nosso local cotidiano de ação e reflexão possamos congregamos professores/as-pesquisadores/as para a concretização de proposições, fundamentos e princípios filosóficos que embasam a práxis educacional e societal libertadora.

Para além destes argumentos evidenciamos algumas proposições metodológicas. Iniciamos a nossa exposição explicitando que as dimensões formativas são apresentadas de forma afirmativa. Esta maneira de exposição demonstra a direção dos objetivos da proposição, isto é, apresentar prospectivamente ideias, métodos, projetos para a construção e a consolidação da sociedade solidária e sustentável através da pedagogia da cooperação. Em cada dimensão formativa, no entanto, para sermos coerentes com a dialética histórica e a teoria da complexidade, que fundamentam a nossa proposição, havemos de apresentar e discutir os pontos de contradição ao afirmado. Neste sentido, ao nos referirmos à solidariedade, devemos ter clareza que a nossa sociedade globalizada é predominantemente competitiva. Ao nos referirmos aos processos grupais e às dinâmicas coletivas, necessitamos ter evidenciado que a nossa cultura ocidental é extremamente individualista, competitiva e concorrencial. Esta leitura faz-se mister para não realizarmos interpretações e encaminhamentos ingênuos em relação aos projetos a serem definidos e defendidos e enfim encaminhados e executados.

Para uma reflexão que é ao mesmo tempo introdutória, no sentido que ela inicia, mas também aprofunda, apresentamos a filosofia cooperativa. O Iluminismo desenvolveu um pensar filosófico, que em seu tempo de fundação, tornou-se um pensamento que revolucionou a história das ideias e das práticas sociais. Contrapôs ao absolutismo, ao estadismo monárquico e aos poderes ilimitados da igreja, a defesa dos limites dos poderes, o estado de direito, o direito à propriedade, a lei que defende o indivíduo. Em relação ao conhecimento que provém da revelação, da doutrina e das verdades eternas, inquestionáveis, expôs a defesa das verdades verificáveis, experimentáveis e repetíveis da razão das ciências empíricas. O iluminismo fundamentou um pensamento que centrou no homem a capacidade de gerenciamento da natureza, da sociedade e do próprio homem. A inteligência humana tornou-se a juíza que pode analisar e julgar as coisas, a moral e a conduta em sociedade. Assim fundou-se o Estado que se consolida na proposição coletiva, ou mais especificamente, na sociedade contratual.

O Iluminismo trouxe com extraordinária lucidez a defesa da razão enquanto força de evidenciação terrena para a libertação da humanidade das trevas dos mitos e das crenças. A razão, a grande conduta para a liberdade, como o maior projeto da humanidade. Mas o Iluminismo, como toda forma de pensamento, está ligado a uma classe social, e, portanto não é neutro, mas ideológico. O Iluminismo é a forma de pensar o mundo da classe burguesa. Enquanto tal a pretensão do universalismo que é defendido, é de fato a extensão da ideologia da classe

dominante para as demais classes, assim Marx (1986) já explicou. Esta relação gera a alienação, e, por conseguinte a dominação. O estado de direito reduz-se ao princípio fundamental da defesa intransigente da propriedade dos meios de produção, em detrimento da plenificação da vida.

O controle privado da propriedade associado ao controle do Estado proporcionou poderes à classe burguesa de organizar leis, procedimentos coercitivos, ideológicos, para a condução das relações de trabalho e de capital que a privilegiou com toda força enquanto classe. Como tal demonstraram Adorno e Horkheimer (1985), a modernidade é um projeto inconcluso. A razão que deveria ser emancipatória tornou-se a razão instrumental, isto é, voltada para a utilidade do trabalho produtivo. Nasce desta forma de pensar o tecnicismo, tão presente e dominante na sociedade brasileira. Reduzimos nossas formas de pensar à busca da capacidade operatória, e temos dificuldades de configurar o desenvolvimento de um pensamento pertinente (MORIN, 2001), capaz de explicar, compreender e transformar os contextos históricos vividos.

A razão instrumental orienta para as utilidades do mercado capitalista. Numa pseudoneutralidade considera que a eficiência e a eficácia da formação humana se reduz ao ato de saber fazer. Os sinais mais visíveis desta conduta são a eliminação das ciências humanas e das práticas educacionais reflexivas dos ambientes escolares. Porque compreender o mundo, o que importa é fazer. Esta filosofia, que se embasa em pressupostos pragmatistas e utilitaristas, é o pensar que domina as relações pedagógicas e políticas.

Temos então, para promovermos uma educação crítica e emancipatória, superarmos a razão instrumental e desenvolvermos uma filosofia dialógica. A dialogicidade que tem em Freire (1996) o grande expoente representa a competência de uma educação e de um pensamento que se concentra nas contradições sociais dos contextos complexos da sociedade contemporânea, para promover a humanização da humanidade. A ação dialógica é a pedagogia que produz um conhecimento enraizado em espaços geográficos, simbólicos, de poder para, com a radicalização, universalizar-se. A radicalidade da educação dialógica é a expressão da historicidade do pensamento e da ação dos seres humanos. É a construção de um processo educacional politizador e conscientizador que localiza os sujeitos sociais e cognoscentes na sua cultura, nas estruturas de poder político e econômico, nas ciências e na tecnologia. Este se localizar não tem como propósito a fixidez do homem e da mulher ao seu meio, mas ao contrário, é o lançar para frente, para poder construir relações humanas autônomas, de liberdade autêntica, que eleva a natureza humana acima das relações coisificantes vividas nas estruturas sociais atuais.



Para a concretização de tal fundamento, a filosofia não pode separar a teoria da prática. A divisão social do trabalho se tornou na história da humanidade, não uma simples técnica de eficiência no trabalho, mas uma forma de poder, de controle de grupos sociais que pensavam para outros que executavam. A filosofia da práxis, no ensinar de Gramsci (1978), é uma construção superadora da dicotomia teoria-prática. A práxis é o encontro, o entrelaçamento entre o agir, a reflexão, que gera uma ação pensada. Na práxis os homens e as mulheres históricos, têm a condição de compreensão crítica das forças sociais que constituem os contextos. A compreensão ao ser crítica, significa não um conhecimento desinteressado, mas um processo sócio-educativo inserido e problematizador.

A problematização é uma metodologia que tem como propósito a leitura das contradições, e a partir destas realizar a interpretação não somente dos contextos existentes, mas fundamentalmente projetar contextos futuros, representativos das possibilidades, portanto, da criatividade, da inventabilidade, da imaginação humana. Esta filosofia é conscientizadora e para tal terá que apreender a totalidade da realidade, portanto, a superação do pensamento reducionista, separador e isolador, é um imperativo para a efetivação do pensamento relacional.

A totalidade é uma categoria filosófica que não se prende na exclusividade das partes, mas é antes de tudo um processo que relaciona as partes e as percebe interrelacionadas e interdependentes. A totalidade nos leva a compreender a complexidade dos fenômenos, da existência humana, relacionada com os meios, como a natureza, a cultura, a política, a economia. A existencialidade nos leva a pensar o cotidiano dos homens e mulheres que a história, enquanto seres autônomos, enquanto seres dominados e explorados, manipulados por forças heteronômicas. O cotidiano, conforme Heller (1970) é a configuração do histórico, portanto também a expressão do universal. Nesta direção a filosofia é compreendida como um pensamento complexo e aberto que apreende o existente e desenvolve a possibilidade, portanto é um pensamento dialeticamente radical e utópico.

Esta filosofia nos leva ainda para a concepção de Habermas (1989), para a filosofia da ação comunicativa, que demonstra que a intersubjetividade levará ao discurso, este como dizer do fazer, da justiça social, isto é, a superação da razão instrumental, para a concretização da emancipação da humanidade.

Após a reflexão filosófica sobre o pensamento moderno, propomos a análise da história sobre a cooperação (TEIXEIRA, 2002). Vislumbramos que temos nos atentar no pensamento dos

socialistas utópicos e suas teses para uma construção de uma sociedade solidária. Para os utópicos havia a possibilidade de se construir a sociedade solidária com base nas relações de cooperação entre os trabalhadores. Neste sentido, em vez de superdimensionar a exploração da força de trabalho, os socialistas utópicos possuem como fundamental a defesa de uma sociedade em que o capital e o trabalho possuem relações complementares. Assim elaboraram propostas como as organizações comunitárias, os falanstérios, de Charles Fourier, a república cooperativa, defendida por Charles Gide, as cooperativas de trabalho propostas por Ferdinand Lasalle, das comunidades felizes, propostas por Robert Owen.

Complementar a estas teorias e práticas, aparece na história do movimento da cooperação a experiência dos pioneiros de Rochdale que em 1844 implantaram e definiram um conjunto de princípios que orientaram homens e mulheres na constituição de organizações sociais cooperativas. Implica em afirmar que a cooperação é uma ação, um pensar que desenvolve valores e práticas que implicam em leituras éticas, democráticas, livres, participativas e solidárias tanto na organização social como na constituição do pensamento. Valores como a transparência, a honestidade, a mutualidade e a responsabilidade devem ser cultivadas e socializadas.

No Brasil, a partir dos anos 60, com a implantação do regime militar, com a concepção das políticas de exceção e das práticas econômicas voltadas para o progressismo e para a modernização tanto do meio rural quanto do urbano, o sistema cooperativo serviu de base para a introdução das políticas agrícolas que levaram para o campo o pacote chamado “revolução verde”. Seguiu no pacote as sementes híbridas, os insumos, os pesticidas, os herbicidas, fungicidas, os adubos químicos os implementos agrícolas, os tratores, as ceifadeiras, a assistência técnica e os créditos financeiros bancários. Para atender a esta demanda e consolidar o modo de produção capitalista, o sistema cooperativo assumiram uma configuração política, econômica e administrativa que se voltava para o crescimento e a acumulação do capital no meio rural, e, por conseguinte no espaço urbano que instala as indústrias de máquinas e implementos agrícolas, que industrializa a produção agrícola. Este cooperativismo fora denominado de empresarial, visto que corrompe os princípios fundamentais do movimento cooperativista e se centra em administrações centralizadas, que fazem os negócios da empresa cooperativa, cresce cada vez mais, à margem da ausência e participação autêntica dos associados.

Para romper com esta prática cooperativa, hegemônica no Brasil, nasce e se desenvolve o movimento da cooperação solidária. Para evidenciar este pensamento, faz-se mister voltar os



olhos para a leitura de mundo dos primeiros pensadores socialistas, mas já também a crítica desenvolvida posteriormente pelo socialismo científico de Marx e Engels que evidenciaram com maior clareza as contradições sociais. A cooperação solidária é um processo de retomada de valores e de práticas presentes nos pioneiros, quanto a democracia, a participação, a autogestão, a autoorganização, a autonomia.

Para aprofundar a nossa reflexão propomos a dimensão formativa denominada de ética solidária (SOUSA SANTOS, 2000). A partir desta elucidamos a necessidade da discussão do multiculturalismo, enquanto abordagem que traduz a ética universal, o encontro, a afirmação e o reconhecimento da alteridade. Esta construção não poderá deixar de evidenciar o caminho imenso que a humanidade produziu e vive intensamente nos dias atuais que são as guerras contra povos, a limpeza étnica, os massacres e os terrorismos de estado e de grupos fundamentalistas que promovem o estranhamento e o ódio. Há também a necessidade de evidenciar a historicidade dos conflitos ocorridos na América Latina que realizaram e provocam o genocídio dos povos indígenas e concretizaram a dominação e escravização dos negros, que desprezaram imigrantes europeus trabalhadores e promovem sistemas econômicos de superexploração do trabalho.

A ética solidária se embasa na concepção de uma práxis emancipatória, que busca a construção de valores e de atitudes que promovem a destruição dos ambientes naturais e culturais, e que definem como valores superiores a competição e a concorrência. Nesta direção há de se fundamentar uma ética que estabeleça uma visão de mundo que possibilita a solidariedade tanto sincrônica, com as gerações presentes, quanto diacrônica, com as gerações futuras.

Queremos enfatizar que uma ética solidária deve ser capaz de promover o encontro entre os diferentes povos e grupos sociais, gestando redes de colaboração solidária (MANCE, 1999), que são metodologias de troca de experiências, de saberes, de conquistas. Associamos aos fundamentos da ética solidária o desenvolvimento de relações políticas comprometidas com a arte do público, com as coisas públicas, com a sabedoria do público, que promove a liberdade, mas uma liberdade politizada, vale dizer, que assume responsabilidades de construção do coletivo.

A ética solidária deve ser contextualizada. Neste sentido apresentamos a ideia da sociologia que problematiza e analisa a solidariedade. Esta traz como referencial o contexto sociocultural, os espaços simbólicos e empíricos que possibilitam, ampliam ou retraem o exercício da cooperação e da cidadania. Para tanto, e para a concretização da sociedade solidária,

há de se desenvolver a concepção e a prática da democracia popular. Esta é um referencial para o exercício do poder compartilhado nos espaços organizacionais comandados por grupos sociais populares. A democracia popular representa a análise das concepções de poder existentes nos diversos grupos sociais e o exercício prospectivo de superação das práticas dominadoras, para o poder exercido de forma participativa.

Para tanto, a leitura sociológica se concentra nas competências mobilizadoras e as capacidades organizadoras participativas, investigando as situações que são limitadoras da participação, quanto a cultura e as práticas sociais que se embasam em procedimentos políticos e pedagógicos paternalistas e patrimonialistas. Enquanto contradição, os processos participativos simbolizam a construção de competências político-pedagógicas para a configuração de práticas e de conhecimentos que objetivam as idéias da sociedade solidária e sustentável. Avaliamos que estes pressupostos, princípios e métodos sociais serão objetivados a partir de uma leitura que busca a interpretação das estruturas, das organizações e das relações vividas e radicadas nas experiências cotidiano-históricas dos grupos sociais populares. Estas experiências não devem ser simplesmente reproduzidas, mas com uma metodologia e um referencial teórico-crítico reconstitui as concepções e as ações que se figuram como práticas alienadas, dominadas, exploradas, para gestar processos solidários e cooperativos de autonomia, de criticidade, de criatividade, da liberdade politizada, e por isso emancipadora.

Associa-se a esta abordagem propomos o desenvolvimento da psicologia que tenha uma leitura interacional (ZONIN, 2004), isto é, que forja a interpretação da relação e da interdependência dos processos construídos entre a subjetividade e a objetividade. Compreendemos que a pessoa é um sujeito social que se constrói na interação com outras pessoas e em conformidade com os processos sócio-históricos e culturais. A conformidade não é um procedimento determinista, que elimina a liberdade e a criatividade da pessoa, mas os contextos formados e formadores das linguagens, das simbologias, das tendências dos sujeitos sociais. As condições sociais possibilitam os sujeitos a desenvolverem ações e reflexões para as transformações das estruturas, das relações e das organizações sociais. Mudando-se os contextos, isto é, a objetividade, ocorre uma mutação da subjetividade. Esta relação, no entanto é de maneira que há uma relação dialética entre a objetividade e a subjetividade, constituem-se em conjunto.

Trazemos em seguida a nossa reflexão para o campo da economia. Não queremos repetir os preceitos e as leis das teorias liberais de funcionamento dos mercados, da administração, do

controle, do planejamento, da distribuição, do consumo. Embora a evidenciação destas abordagens seja importante, elas não se constituem na questão central da nossa proposição. Enfatizamos metodologias que constituem competências para a geração de trabalho e de renda, para a sustentabilidade e o desenvolvimento, para a organização e gestão coletiva de produção, para o consumo responsável e solidário.

Estes pressupostos são orientadores para a socioeconomia solidária (ZART, 2004 e ZART e SANTOS, 2005). Em vez de termos a preocupação de como organizar a empresa capitalista com os princípios da competitividade e da concorrência, propomos o desenvolvimento teórico e metodológico das organizações sociais que se assentam em princípios éticos solidários, da cooperação, da mutualidade, da autoorganização, da autogestão. Para tanto se faz mister ter clareza quanto aos conceitos e as práticas hegemônicas na sociedade que tem como modo de produção dominante as relações de trabalho e de capital capitalista. Observamos que a nossa proposição é a invenção de cenários que objetivam valores e práticas contra-hegemônicas, que são a expressão de uma contracultura.

A socioeconomia solidária e o desenvolvimento sustentável são concretizáveis somente com a realização de uma gestão participativa. A sociedade solidária tem como orientação ética fundamental a transformação social. Nesta direção compreendemos que a participação é uma força política e pedagógica de integração dos indivíduos e dos grupos sociais construtores dos ambientes solidários e cooperativos. Lançamos como desafio a não dicotomização entre o coletivo e o indivíduo como ocorreu no chamado socialismo real que era extremamente coletivista e nem sequer como o realizado pelo capitalismo globalizado que tem como fundamento extremo o individualismo. Portanto, o desafio está na capacidade de percebermos a integração complementar entre a individualidade e a coletividade.

É importante que compreendamos que a participação Santos (2003), não poderá se constituir numa atitude de dádiva, mas ao contrário, é exigência que esta se caracteriza como um processo de conquista, para que tenha sentido para os grupos sociais. Temos ainda como finalidade a desconstrução de práticas políticas como o patrimonialismo, o paternalismo e o assistencialismo que geraram comportamentos de espera, de dependência, de passividade. Por outro lado, as organizações e as mobilizações sociais que se identificam na socioeconomia solidária são exigentes de atitudes políticas comprometidas, ativas, autônomas, criativas e autogestionárias.

Não pensamos que seja realizável tal projeto societal e epistemológico sem uma reeducação dos indivíduos e dos grupos sociais. Para a perspectiva da sociedade solidária encontramos na educação popular fundamentos teóricos e cognitivos que possibilitam o desenvolvimento da cultura, das práticas e das representações sociais populares (PALUDO, 2001). O conceito popular tem para nós o referencial que se opõe à burguesia enquanto classe social dominante. Distintamente do conceito de massa social, que carrega a conotação de alienação, de deformidade, de manipulação, o popular é a metodologia, a teoria e a prática social crítica e transformadora, porque ela permite ao homem e à mulher, dominada e explorada perceber-se enquanto tal.

Compreendemos mais, o popular é a expressão da capacidade imaginativa de construir alternativas, portanto ela se constitui numa capacidade mobilizadora de recursos, materiais e inteligências para promover processos emancipadores. Esta relação acontece tanto na política, na educação, na economia, na ética como em outros campos. Compreendemos o popular não como uma configuração simples e menor, mas como uma construção complexa que envolve diversas dimensões que se inter-relacionam, formando uma rede de significados e significações.

A educação popular é para nós uma concepção teórica e metodológica que engloba uma teoria e uma prática que é ao mesmo tempo dialética e dialógica. Dialética por que incorpora e desenvolve as contradições sociais, portanto tem uma perspectiva de transformação social, superadora das exclusões sociais. Dialógica porque se assenta numa perspectiva de construção do conhecimento para o desenvolvimento de práticas e concepções sociais e cognitivas relacionais de sujeitos que em ações conjuntas e autônomas constroem a leitura de mundo e as ações transformadoras.

Para podermos compreender e organizar instituições sociais necessárias para a realização da sociedade solidária propomos o estudo do direito, da legislação e dos sistemas de cooperação. Avaliamos que estes conhecimentos são importantes para promover a competência da efetividade do exercício para a consolidação de organizações sociais que representam os passos, ou os meios, para a realização dos objetivos da sociedade solidária. Representa ainda uma capacidade de crítica em relação aos regimes jurídicos e legais que orientam as ações cooperativas nas sociedades capitalistas, mas que também deve demonstrar processos e movimentos sociais que estão construindo metodologias e práticas sociais que configuram uma sociedade alternativa às relações dominantes.

A próxima competência que defendemos é a aprendizagem de metodologias de investigação participante e de ação (ANDALOUSSI, 2004; BARBIER, 2002; MORIN, 2004). Propomos um caminhar nesta reflexão que realiza uma crítica as diversas abordagens científicas quanto o positivismo, a fenomenologia, a dialética e a complexidade. Centramo-nos, para corresponder com os nossos objetivos nas abordagens metodológicas da pesquisa participante e da pesquisa-ação, que não excluem as anteriores, mas fundamentam-se naquelas, principalmente na fenomenologia, na dialética e na teoria da complexidade.

Enfatizamos que compreendemos tanto a pesquisa, quanto o ensino, como fundamentos pedagógicos que têm finalidades educacionais muito fortes, e que tem abrangências além das instituições formais. Os participantes dos processos societários e epistemológicos solidários devem ter sempre posturas epistemológicas curiosas para descrever e compreender os sentidos e a historicidade dos acontecimentos, das concepções, das opções que fazem e constitui a si próprios e as relações que estabelecem nos grupos sociais e com/na sociedade.

Há para tanto a necessidade de uma didática cooperativa (ANDREOLA, 2005) que terá como finalidade a promoção de competências para o desenvolvimento de trabalhos cooperativos, em grupos de trabalhos, de planejamento, de educação, de avaliação, de pesquisa, de ensino. Enfatizamos que a cooperação requer dinâmicas grupais que interrelacionam vontades, visões de mundo, de indivíduos heterogêneos que expressam a configuração de uma sociedade diversa em termos culturais, linguísticos, religiosos.

Com a didática cooperativa, objetivamos construir uma pedagogia (técnicas e métodos) que possibilitam a participação propositiva, a gestão de espaços públicos, a interrelação e interação de sujeitos sociais e cognitivos capazes de desenvolver projetos, práticas e discursos que expressam a ideologia e a filosofia da sociedade solidária.

Avaliamos que não encerramos de forma exaustiva todas as dimensões formativas para a configuração da pedagogia da cooperação. Alertamos que este não se constituiu no nosso objetivo. Distintamente, não só para finalizar o texto, mas para provocar mais a nossa capacidade reflexiva, queremos destacar que a pedagogia da cooperação não se realiza de forma restrita no espaço da escola. Compreendemos que os processos educacionais solidários ocorrem contextualizados em espaços socioculturais e econômicos que retratam a diversidade e as contradições da sociedade formada por classes e grupos sociais. A contextualização implica a



interação no sentido conflitual e complementar entre diversos sujeitos e atores que constituem as estruturas e as relações sociais.

Um segundo aspecto que queremos destacar é o processo epistemológico que se desenha pela abordagem da transdisciplinaridade. Mais do que a junção de diversos saberes, a transdisciplinaridade, na perspectiva de D'Ambrósio (1997), é a afirmação de processos de aprendizagens que se constituem a partir de ações que tem como finalidade a transformação do pensamento e das práticas sociais. Desta forma, se o pensamento e as práticas sociais hegemônicas são embasados na concorrência, na competição, na fragmentação, na degradação ambiental, na exploração do trabalho, na dominação política, na consciência alienada; a pedagogia da cooperação constrói pensamentos e práticas sociais que afirmam a cooperação, a solidariedade, a colaboração, a sustentabilidade, a participação, a dialogicidade. Portanto, a pedagogia da cooperação é um processo complexo e envolvente de territorialidades tanto societais quanto epistemológicas, da interação e da interdependência destas.

Neste sentido consiste o desafio de podermos construir e socializar, para tornar hegemônico, um pensamento que tenha como princípio fundante a cooperação e a solidariedade.

## **PEDAGOGÍA DE LA COOPERACIÓN: PROPUESTAS DE DIMENSIONES DE FORMACIÓN PARA LA CONSTRUCCIÓN DE PROCESOS EDUCACIONALES DE SOLIDARIDAD**

### **RESUMEN**

Presentamos argumentos de la construcción de los marcos para la discusión problematizadora e instituyente de una reflexión educacional y societal que promueva la pedagogía de cooperación. En este sentido hemos delimitado un campo conceptual que sostiene como provocación la generación de ambientes de pensamiento que permitan la profundización del tema de la solidaridad. Deducimos que la pedagogía de la cooperación objetiva analizar y generar contextos teóricos y prácticas sociales para desarrollar conocimientos que cuestionan las estructuras sociales y filosóficas que subyacen concepciones y actitudes de los referenciales hegemónicos cuyos principios éticos rectores de la competitividad y la competencia basada en la filosofía liberal burguesa. Contraponemos el análisis y la construcción de enfoques epistemológicos, metodológicos y didácticos que sostienen las praxis educacionales y socioculturales de cooperación y de solidaridad.

**Palabras clave:** Pedagogía de la cooperación. Pensamiento educacional. Solidaridad.





## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **A Dialética do Esclarecimento**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1985.
- ANDALOUSSI, Khalid El. **Pesquisas-Ações: ciências, desenvolvimento e democracia**. Trad. Michel Thiollent. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2004.
- ANDREOLA, Balduino A. **Dinâmica de Grupo: jogo da vida e didática do futuro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- BARBIER, René. **A Pesquisa-ação**. Trad. Lucie Didio. Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2002.
- D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Transdisciplinaridade**. São Paulo, SP: Palas Athena, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978.
- HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1989.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1970.
- MANCE, Euclides André. **A revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**.
- MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, SP: Hucitec, 1986.
- MORIN, André. **Pesquisa-ação Integral e Sistêmica: uma antropopedagogia renovada**. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2004.
- MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand do Brasil, 2001.
- PALUDO, Conceição. **Educação Popular em Busca de Alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. Porto Alegre, RS: Tomo Editorial; CAMP, 2001.
- SANTOS, Josivaldo Constantino dos. **Processos Participativos na Construção do Conhecimento em Sala de Aula**. Cáceres, MT: UNEMAT Editora, 2003.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Para um Novo Senso Comum, o Direito e Política na Transição Paradigmática**. São Paulo, SP: Cortez, 2000.
- TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, Heréticos e Malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2002.
- ZART, Laudemir Luiz (Org.). **Educação e Sócio-economia Solidária: paradigmas de conhecimento e de sociedade**. Cáceres, MT: Unemat Editora, 2004.



ZART, Laudemir Luiz; SANTOS, Josivaldo Constantino dos (Orgs.). **Educação e Sócio-economia Solidária: interação universidade – movimentos sociais**. Cáceres, MT: UNEMAT Editora, 2005.

Recebido em 18 de julho de 2012. Aprovado em 27 de outubro de 2012.